



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

WANESSA VITORIANA DA SILVA SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE
OS DESAFIOS DE GÊNERO ENFRENTADOS PELAS MULHERES**

Recife

2024

WANESSA VITORIANA DA SILVA SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE
OS DESAFIOS DE GÊNERO ENFRENTADOS PELAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Pedagogia na Universidade
Federal de Pernambuco.

Área de concentração:

Educação/Educação de Jovens e Adultos
(EJA)

Orientador: Professora Dayse Cabral de
Moura

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Vitoriana da Silva Santos, Wanessa.

Educação de jovens e adultos: uma revisão da literatura sobre os desafios de gênero enfrentados pelas mulheres / Wanessa Vitoriana da Silva Santos. - Recife, 2024.

30

Orientador(a): Dayse Cabral de Moura

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pedagogia - Licenciatura, 2024.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Jovens. 3. Adultos. 4. EJA. 5. Gênero. I. Cabral de Moura, Dayse . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

WANESSA VITORIANA DA SILVA SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE
OS DESAFIOS DE GÊNERO ENFRENTADOS PELAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Educação, como requisito
parcial para a obtenção do título de Licenciatura
em Pedagogia.

Aprovado em: 30 de setembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dayse Cabral de Moura (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Maria da Conceição Silva Lima (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Isaac de Souza Assunção (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar os desafios de gênero enfrentados pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a forma como esses desafios têm sido abordados na literatura acadêmica. Foi realizada uma revisão da literatura existente, incluindo artigos, monografias, dissertações e teses, no período de 2018 a 2023, na perspectiva também de contribuir com a produção de um estado da arte em relação à EJA e às questões de gênero. A análise, realizada através da análise temática de conteúdo, focou em identificar padrões comuns, lacunas e abordagens adotadas para enfrentar os desafios próprios desse objeto de estudo. A revisão revelou uma série de novos desafios com a ampliação de uma melhor compreensão das identidades de gênero. Como, por exemplo, o apagamento das identidades de gênero (com ênfase nas mulheres trans). Além disso, a revisão revelou que as abordagens teóricas e metodológicas existentes muitas vezes não consideram adequadamente a complexidade das experiências das mulheres na EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Gênero; Desafios; Estado da arte.

ABSTRACT

The objective of this article is to investigate the gender challenges faced by women in Youth and Adult Education (EJA) and the way in which these challenges have been addressed in academic literature. A review of existing literature was carried out, including articles, monographs, dissertations and theses, from 2018 to 2023, with the aim of also contributing to the production of a state of the art in relation to EJA and gender issues. The analysis, carried out through thematic content analysis, focused on identifying common patterns, gaps and approaches adopted to face the challenges specific to this object of study. The review revealed a number of new challenges with expanding a better understanding of gender identities. Such as, for example, the erasure of gender identities (with an emphasis on trans women). Furthermore, the review revealed that existing theoretical and methodological approaches often do not adequately consider the complexity of women's experiences in EJA.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA); Gender; Challenges; State of the art.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	5
2 - REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1- A TRAJETÓRIA DA EJA NO BRASIL	7
2.2- O CONCEITO DE GÊNERO E A INTERSECÇÃO COM RAÇA	10
2.3- PAPEL SOCIAL DA MULHER DENTRO DO SISTEMA PATRIARCAL.....	11
2.4- A ESCOLA COMO UM VETOR DE EMPODERAMENTO PARA ESSE GRUPO...	13
3 - METODOLOGIA	16
4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	18
5 - CONCLUSÕES	24
REFERÊNCIAS	25

1 - INTRODUÇÃO

Historicamente, várias camadas da população foram excluídas do processo de educação formal como parte de uma estratégia de marginalização estrutural. Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu como uma política pública destinada a resolver essa dívida histórica com a educação no Brasil. Contudo, ao longo dos anos, essa modalidade continua a ser um espaço onde as desigualdades hierárquicas se tornam mais evidentes (ARROYO, 2017), o que pode ser corroborado por pesquisas de órgãos responsáveis pela coleta de dados no país.

Para reforçar o que foi mencionado anteriormente, basta analisar o último censo disponível. De acordo com o Censo Escolar de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, os homens constituem a maioria dos estudantes com menos de 40 anos (52,1%). Entretanto, essa tendência se inverte entre os alunos com mais de 40 anos, onde 59,2% são mulheres. Quanto à raça, a pesquisa indica que negros e pardos representam 74,9% dos estudantes da EJA.

Embora esses dados indiquem alguns dos desafios da EJA, é crucial relacioná-los ao histórico desses grupos marginalizados, pois os marcadores sociais não apenas refletem a trajetória da EJA, mas também evidenciam as desigualdades no Brasil.

Apesar de não haver mudanças significativas nos perfis, esses grupos apresentam uma configuração heterogênea. Nesse contexto, o artigo tem como objetivo identificar e contextualizar os desafios enfrentados por esse grupo na literatura de pesquisa. A investigação foca nos desafios a partir da perspectiva de gênero (mulheres) e as suas complexidades, considerando também a interseccionalidade com a raça, já que esse marcador social impacta as vivências da maioria dos estudantes dessa modalidade educacional.

Para justificar esse recorte, é fundamental ressaltar que, embora as mulheres tenham começado a acessar a educação formal ainda na infância, esse processo se tornou mais sistemático apenas com a Lei Saraiva de 1879, que proporcionou um acesso mais estruturado, embora elitizado e restrito. No que tange à educação de jovens e adultos, as mulheres foram efetivamente incluídas na pauta somente nas décadas de 1960 e 1970, impulsionadas pelo Movimento de Educação Popular. Assim, em comparação com outros subgrupos que compõem o universo da EJA, as mulheres foram historicamente as que mais enfrentaram represálias.

Diante disso, a abordagem central do artigo está ancorada na compreensão das problemáticas vivenciadas pelas mulheres que frequentam a modalidade de Ensino de Jovens e

Adultos (EJA). Visto que essas são oriundas de problemáticas raciais, sociais e econômicas ligadas ao conceito de gênero, que estabelecem um papel social da mulher na estrutura patriarcal.

Por isso, a discussão dos resultados consistiu em analisar como o recorte de gênero tem sido abordado em publicações científicas nos últimos anos no objeto em questão (Educação de Jovens e Adultos). Analisando principalmente os pontos que tangem os desafios enfrentados pelos estudantes dessa modalidade educacional. Com esse propósito, adotou-se a seguinte metodologia qualitativa: análise temática de conteúdo, do corpus selecionado no período disponível entre 2018-2023, na plataforma do Google Acadêmico, que tivesse como imperativo o contexto da EJA e a sua ligação com gênero. Posto isso, objetivou-se, colaborar com uma síntese sobre as abordagens interligadas às mulheres no processo integrativo destas na EJA (modalidade educacional que sofre negligência no Brasil).

É a partir desse incômodo que surge minha motivação para estudar e pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Durante a graduação, em uma disciplina ministrada pela minha orientadora, professora Dayse Cabral de Moura, surgiu em mim o desejo de compreender melhor o processo social e educacional desse grupo. Esse interesse foi impulsionado pela minha curiosidade e pela falta de experiência com essa modalidade de ensino. Desde então, venho aprofundando meus estudos sobre os desafios enfrentados pelos estudantes da EJA em meu projeto de Pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

A questão de gênero, especialmente em relação às mulheres, dentro das relações educacionais e sociais propostas pela EJA, me fascina não apenas como pesquisadora, mas também como mulher oriunda de um bairro pobre. Refletir sobre a realidade das minhas raízes e pesquisar mais sobre isso fortalece minha determinação em seguir essa trajetória profissional.

Portanto, focar nas mulheres que participam da EJA é especialmente relevante, pois elas enfrentam desafios específicos relacionados ao gênero. Compreender essas dificuldades é crucial para promover a equidade educacional e desenvolver práticas pedagógicas que levem em conta suas realidades, facilitando seu retorno à educação e contribuindo para sua emancipação.

Diante das questões previamente apresentadas, com o intuito de alcançar o objetivo deste artigo e dar suporte tanto às problemáticas levantadas quanto à metodologia desenvolvida, tornou-se necessária uma pesquisa bibliográfica que incluiu as abordagens de autoras como Butler (2003), Bourdieu (1999), Castells (1999), Louro (1997), Hooks (1995).

2 - REVISÃO DA LITERATURA

2.1- A TRAJETÓRIA DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma possibilidade para aqueles que, por algum motivo, não passaram por todas as etapas do processo educacional formal dentro da faixa de idade esperada. Com foco na promoção dos ensinos Fundamental e Médio, a EJA, nos moldes atuais, é referendada em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96).

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (Brasil, 1996, p.13, 1996).

No entanto, o processo de educação de jovens e adultos não se iniciou a partir da aprovação e vigência da LDBEN. A cultura da alfabetização dessa população se fez notável desde o período de colonização do país, em 1549. Com a chegada dos jesuítas, e o projeto de disseminação da cultura portuguesa, a catequização dos indígenas tornou-se uma tarefa crucial para a expansão religiosa (aliada à consolidação da colonização do governo imperial). Em seguida, o projeto de escolarização passou por uma ampliação do seu público-alvo. Para além da necessidade de aculturação, o programa de alfabetização dos jesuítas alcançou os escravizados devido a necessidade de mão de obra mais preparada.

A descontinuidade no processo de educação de jovens e adultos não se limita a uma análise de uma situação pontual. Ao olhar para o panorama mais amplo, percebe-se que diversos acontecimentos interromperam a trajetória histórica dessa modalidade, dificultando seu progresso. Um exemplo marcante ocorreu em 1759, quando a expulsão dos jesuítas provocou mudanças significativas na estrutura educacional. Com a transferência da educação para a responsabilidade do governo, houve uma interrupção na formação desse público, como ressaltam Haddad e Di Pierro:

Com a desorganização do sistema de ensino produzido pela expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, somente no Império voltaremos a encontrar informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos (Haddad e Di Pierro, 2000, p.109).

Posta como uma prioridade menor, as políticas educacionais direcionadas aos jovens e adultos só voltou a ter repercussão social em 1854. Através do Art. 71 do Decreto nº 1331-A, de autoria do Ministro do Império, as escolas tiveram a possibilidade de ensinar a este público. Cabe ressaltar que, ainda, de maneira pouco efetiva. Entre os critérios para a oferta dessa modalidade de educação, a escola deveria ter mais de um professor. As aulas poderiam ocorrer duas vezes na semana (domingos e feriados). Sendo assim, deixando clara a intenção do Estado: priorizar o papel social dos adultos como indivíduos importantes na economia (força de trabalho), visto que os dias úteis eram reservados às funções trabalhistas.

Na República, após a transição da Monarquia, as mudanças na área da educação foram inferiores diante do que se esperava. À vista disso, seu caráter permaneceu próprio da exclusão: educação com qualidade apenas para as elites (Moura, 2003).

Mais uma vez, seguindo uma lógica em prol do trabalho, a educação de jovens e adultos foi atrelada a sua finalidade tecnocrata. Com a chegada do capitalismo industrial no Brasil e toda a movimentação do campo educacional para a modernização (conhecimentos e habilidades necessárias para o sucesso da expansão industrial), o Estado movimentou-se em prol de uma melhor estruturação de seu papel diante da esfera educacional básica. Um dos seus resultados foi a elaboração do Plano Nacional de Educação em 1934. Após 6 anos sem ações significativas na escolarização de jovens e adultos, surge, em 1940, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no ano seguinte.

Mesmo com a adoção dessas medidas, o analfabetismo ainda apresenta números expressivos dentro desse recorte de tempo. E é justamente nesse cenário que surge a primeira política pública educacional voltada exclusivamente para o público em questão. Ligada ao Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, em 1947 é criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA). Como aqui já pontuado, a jornada da educação de jovens e adultos é marcada por ações truncadas e rupturas bruscas. O serviço anteriormente citado teve apenas 3 anos de funcionamento. Após anos de lutas dos movimentos sociais ligados à educação, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada em 1961. Mesmo regularizando o sistema educacional do país, a medida não supriu todos os déficits do campo. Cerca de 35 anos após o ocorrido, seria finalmente adicionado um artigo voltado apenas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A necessidade de transformar a educação em uma política pública — entendida como um conjunto de ações, diretrizes e decisões governamentais voltadas para a resolução de problemas — vai além da demanda capitalista por mão de obra qualificada. A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada pelo ativismo de movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade para esse grupo. Essa educação não é apenas uma oportunidade de inserção na economia, mas também uma forma de exercer plenamente a cidadania, permitindo que esses indivíduos compreendam o mundo ao seu redor. Assim, a educação se torna um direito social fundamental. Dentre os principais nomes que se destacam na luta pela emancipação de jovens e adultos analfabetos, Paulo Freire é um dos mais influentes.

Freire (1989) traz para a temática um discurso humanizante que, além de promover o protagonismo dos jovens e adultos, recuperava a autoestima destes. Foi um dos primeiros a levar em consideração o repertório, a sabedoria popular, as histórias de vida dos indivíduos e a sua importância para as novas oportunidades com a adesão da educação formal.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 1989, p.9).

Com voz atuante na educação de jovens e adultos, em 1963 coube a ele a criação Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). A aprovação veio em 21 de janeiro de 1964, às vésperas de uma nova ruptura da longa jornada da educação de jovens e adultos. Diante do Golpe Militar de 1964, o país experienciou involuções também na esfera educacional, inclusive na alfabetização de jovens e adultos. Instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, um programa que ia na contramão do que defendia Paulo Freire.

Com o processo de redemocratização do país, buscava-se propor a consolidação de uma sociedade de direitos para todos. Entre eles, cabe destacar o Art. 208: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988). Mesmo com o status de política pública, a EJA, como é conhecida hoje, só veio a existir através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, após oito anos de espera por uma efetivação do programa constitucional. Mas os avanços não pararam por aí, com a chegada do século XXI, houve a incorporação de alguns programas federais para a melhoria da modalidade.

Embora seja considerado um avanço, é crucial manter uma postura crítica, pois ainda há muito a ser realizado para enfrentar os desafios dessa modalidade educacional. Um ponto importante a ser destacado é a persistência do perfil dos estudantes da EJA, especialmente no que se refere ao recorte de gênero e suas interseccionalidades, com foco nas mulheres.

2.2- O CONCEITO DE GÊNERO E A INTERSECÇÃO COM RAÇA

A discussão sobre o termo gênero não é recente. Já na década de 1970, questões relacionadas ao sexo e suas implicações no gênero eram abordadas. Com a publicação de "Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade", de Judith Butler, nos anos 1990, o conceito de gênero foi analisado de forma mais aprofundada sob uma perspectiva política. A autora destaca como o gênero pode perpetuar hierarquias dentro de um sistema binário:

Que configurações de poder constroem o sujeito e o outro, essa relação binária entre 'homens' e 'mulheres', e a estabilidade interna desses termos? Que restrições estariam operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação de sexo e do desejo? Como questionar um sistema epistemológico/ontológico? Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustenta a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? (Butler,2003, p. 8).

Cabe aqui ressaltar que o gênero posto no artigo é conceituado a partir da concepção de Butler (2003), na qual afirma que o chamado "sexo biológico" é uma construção discursiva. Ou seja, algo posto como "natural", mas que, na verdade, tem uma proposição construída historicamente. Nesse sentido, Butler afirma que:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (Butler,2003, p. 59).

Essa estrutura binária (homem e mulher), que além de ter excluído as multiplicidades na construção cultural dos sujeitos, produziu um sistema de opressão com os corpos que performam o feminino. Essa percepção não só atua nesse âmbito. A lógica dualista permeia os esquemas classificatórios, onde um é colocado como superior em detrimento do outro: forte/fraco; acima/abaixo; dominante/dominado (Bourdieu, 1999).

Mesmo admitindo a conceituação de gênero de Butler, convém a pesquisa focalizar na categoria "mulher", visto que os moldes butlerianos são fruto de discursos mais recentes.

Tomando como referência o seu ponto crucial: o binarismo como um recurso de detenção de poder.

Essa ligação do gênero com o poder produz papéis sociais dualistas, onde as mulheres estão, muitas vezes, em posição de subordinadas (Saffioti, 1992). Independente dos espaços, os processos socializantes reforçam estereótipos dos gêneros. Tudo dentro de um discurso (leviano) naturalizante.

Entretanto, as questões de gênero vão além dessa perspectiva. Para compreender sua complexidade, é essencial estabelecer uma interseccionalidade com outros marcadores e categorias sociais, como classe, raça, etnia e sexualidade. Nesse contexto, é importante ressaltar que a categoria "mulher" não é universal. Assim, ao se interseccionar com a raça, surgem diversos imperativos.

Assim como ocorreu com o gênero, o conceito de raça foi associado a uma conexão biológica. Ambos, até os dias atuais, enfrentam uma luta contínua para romper essa associação; no entanto, o processo de desconstrução de seus significados é lento e complexo, pois envolve diversas esferas da sociedade.

Diante dessa problemática compartilhada entre as duas categorias, é importante destacar o que Bell Hooks (1981) argumenta sobre a conceituação de raça: trata-se de uma construção social que vai além das características biológicas. Assim, o conceito de raça está profundamente ligado a questões de poder e hierarquia na sociedade, configurando-se como uma forma de opressão. Essa hierarquia, presente na intersecção de gênero e raça, resulta em uma forma de dupla opressão, como ocorre com as mulheres negras, que estão na base da pirâmide social, sustentando desde a escravidão, com sua força de trabalho, sangue e lágrimas, a economia da sociedade brasileira, contudo não há reconhecimento e permanecem em situações de desigualdades.

2.3- PAPEL SOCIAL DA MULHER DENTRO DO SISTEMA PATRIARCAL

Como foi citado anteriormente, a existência de gêneros (dentro da lógica binária) por si só produz efeitos desfavoráveis. Porém, quando imposto à sociedade, revela seu lado mais desafiador: a desigualdade na distribuição de responsabilidades na produção social da existência.

Essa lógica alimenta um sistema milenar: o patriarcalismo. Um sistema que tem como seu principal discurso a supremacia da masculinidade. Centrada na subordinação das mulheres,

e conseqüentemente no controle dos corpos que performam o gênero mulher, a importância das atividades destas é desconfigurada. Por serem vistas como inferiores, é negada a autonomia desse grupo. Para Castells (1999), esse sistema estruturou a sociedade contemporânea de tal forma ao ponto de transpassar os muros das casas, local que originalmente o patriarcado adquiriu sua força. Ou seja, o patriarcado não é simplesmente um sistema de imposição social micro, mas sim macro.

Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação pura e acabaria esmagado pela revolta da “outra metade do paraíso” historicamente mantida em submissão (Castells, 1999, p. 169)

Essa dialética, por permear outras estruturas sociais, políticas e econômicas, reduz o papel da mulher na organização social, “principalmente porque as normas de feminilidade são estabelecidas pelos homens que se reservam o direito de julgá-las e reconhecê-las em sua condição feminina” (Warat, 2004, p. 476).

Essa dinâmica não nasce por acaso. Ao se admitir o patriarcalismo como força diretora e hegemônica, é engendrada uma ordem social, como explica Bourdieu:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres (Bourdieu, 1999, p. 18).

Com a ordem social imposta, a manutenção da desigualdade de gêneros se torna a “regra” ocidental. A distorção desse discurso patriarcal é tão intensa que promove uma visão estereotipada dos papéis de gênero. Cabendo ao homem um papel na esfera pública, alinhado ao interesse do sistema patriarcal. Já às mulheres, resta a esfera privada (com as responsabilidades do lar) como confirma Warat (2004, p. 474): “para o homem o poder econômico-racional, para a mulher o poder dos afetos”.

Diante dessa problemática, surgem diversas outras. Ao não enxergarem as mulheres como seres de razão, conservando apenas o lugar das emoções (mais uma vez uma dicotomia),

a sociedade limita a participação pública destas. Apesar de algumas mudanças, promovidas principalmente pelas ondas feministas, a cultura machista atravessa gerações e ainda atua nas vivências das mulheres na economia, política e educação.

Superar a herança colonial do patriarcalismo é uma tarefa difícil. Ana Maria Colling acrescenta:

A subordinação das mulheres é um fenômeno transgeográfico e transcultural, e que não desaparece nem com o desenvolvimento econômico nem com a legislação sobre a igualdade. As leis sobre a igualdade de tratamento não produzem, por si só, resultados iguais e justos, nem no plano individual, nem no coletivo. Por esse motivo, é necessário encontrar uma nova metáfora, que faculte a leitura diferente das relações sociais entre homens e mulheres (Colling, 2014, p.103)

Ainda assim, houveram algumas mudanças na sociedade em prol da autonomia da mulher. A necessidade capitalista atrelada, às revoluções feministas, promoveram uma maior expansão dos papéis desempenhados por elas. Além de assumir posições dentro do lar (como mãe, filha, tia, avó e etc), as mulheres assumiram espaço dentro do mercado de trabalho. Uma vez inseridas, passaram a ter também responsabilidades econômicas em seus lares. Mas isso não significa necessariamente mais poder dentro dos espaços.

2.4- A ESCOLA COMO UM VETOR DE EMPODERAMENTO PARA ESSE GRUPO

Sujeitas à marginalização social, as mulheres tiveram seu direito à educação privado durante um longo tempo. Como já foi citado antes, essa problemática está intrinsecamente ligada às questões de gênero, como observa Valle:

Vale ressaltar que as mulheres são historicamente excluídas da escola não só pela necessidade de trabalhar, pelas condições financeiras ou indisponibilidade de vagas, ou ainda pelo insucesso na escola, mas também por razões culturais referenciadas nas relações de gênero: “mulher não precisa estudar” (Valle, 2010, p.36).

O patriarcado não só delimitou a cidadania das mulheres, mas também minguou as vivências subjetivas destas através do cerceamento da educação.

Durante séculos as mulheres estiveram submetidas à estrutura patriarcal [...] e começou a mudar no século XIX, quando a educação feminina começou a ser associada à modernização da sociedade, à higienização da família [...] (Leoncy, 2013. p.8).

Os direitos sociais, quando garantidos por vias legais, não chegam a todos da mesma forma. Para além das questões de misoginia e machismo, há outro ponto a ser considerado quando o assunto é a exclusão das mulheres na educação formal: a classe social e a raça. Esse ponto torna-se crucial, ao analisar as construções semânticas em torno da educação ao longo dos anos. A educação como um bem universal é relativamente recente. Para ser mais exato, o fortalecimento desse discurso tomou força na primeira metade do século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seu Artigo 26, a organização internacional afirmou que "toda pessoa tem direito à educação". Esse movimento, como era de se esperar, alcançou a legislação brasileira, como é possível ver na seguinte súmula:

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola (Brasil, 2008).

Dentro desse contexto, ao pensar nas vivências das mulheres, a integração à educação é marcada por singularidades do grupo em virtude de suas características físicas, culturais, econômicas, sociais e raciais. Vale enfatizar que a sociedade não alcançou um patamar de autonomia dos moldes patriarcais. Logo, enxergam a mulher como um ser inferior e de maneira objetificada (ainda que de forma mais tácita). Essa visão permeia todas as experiências desse grupo.

A escola, como uma instituição que promove mudanças não apenas cognitivas, mas como também sociais e culturais e identitárias, deve protagonizar o empoderamento das mulheres durante esse processo. Para Louro, esse é, inclusive, um dos papéis da educação formal:

Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (Louro, 1997, p. 85).

Pontos cruciais, e caros, quando postos no contexto da EJA. Como afirma Arroyo (2005), a Educação de Jovens e Adultos deve superar a configuração supletiva perante aos jovens-adultos e assumir uma postura que proporcione o protagonismo desses sujeitos. Esse processo visa o empoderamento. No entanto, para sua efetivação, segundo o mesmo, não se pode perder a dimensão coletiva do grupo (que revela não só as particularidades individuais, mas também os dos seus antepassados que tiveram inúmeros direitos negados em suas trajetórias). Com o recorte de gênero não é diferente.

Para compreender melhor o processo de empoderamento no contexto da EJA dentro da categoria de gênero, é preciso entender o surgimento do conceito. O termo em questão, que é amplamente difundido na cultura contemporânea, tem sua origem ligada aos movimentos sociais e teóricos do século XX.

Atrelado aos imperativos de igualdade e justiça, nos anos de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, o conceito de empoderamento era tomado como uma partícula semântica necessária no discurso em prol do processo de obtenção de poder e controle sobre a própria vida no movimento feminista. Embora seja fortemente, até hoje, a esse grupo social, outro movimento também contribuiu para a construção desse instrumento intelectual: o movimento American Blacks.

Com a chegada nos anos 1990, o conceito passou por uma nova configuração semântica. Houve uma necessidade de expandir a atuação do termo para contemplar outros indivíduos que estivessem em posição desfavorecida no jogo de poderes. Desta forma, o mesmo deveria assumir uma posição de ação dentro dos movimentos aos quais foi inserido. Ou seja, um discurso com ação prática e efetiva.

A perspectiva do empoderamento como fruto do conhecimento, promove o autoconhecimento. Resultado de uma vivência de uma educação libertadora capaz não só conscientizar, mas também transformar o social (Freire, 2005).

De acordo com o parágrafo anterior, a EJA, dentro do recorte de gênero, para ser um vetor de empoderamento precisa proporcionar autonomia pessoal e coletiva. Respeitando os traumas deixados pelas relações de opressão, discriminação e dominação social. Por isso, deve-se desenvolver práticas de aprendizagem que fujam do ensino tradicional e possibilitem uma consciência crítica (Kleba e Wendausen, 2009).

3 - METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa que desenvolveu na metodologia a análise temática de conteúdo, com o objetivo de examinar e sintetizar as evidências sobre os impactos das duas categorias discutidas neste artigo: EJA e gênero (na perspectiva do feminino). Essa técnica é reconhecida por interpretar significados, oferecendo uma compreensão mais profunda do material analisado (Bardin, 2016). Nesse sentido, a metodologia adotada caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que segundo Minayo (2010), possibilita uma análise mais aprofundada dos fenômenos sociais, pois ultrapassa a mera quantificação dos dados e investiga as narrativas que emergem nos contextos analisados.

O método de pesquisa utilizado neste estudo foi o Estado da Arte, que consiste em uma revisão bibliográfica sistemática com o objetivo de mapear e analisar criticamente as produções acadêmicas sobre determinado tema. Sua aplicação nesse estudo permite não apenas identificar a quantidade de pesquisas desenvolvidas sobre os desafios de gênero enfrentados pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos, mas também compreender como esse tema tem sido abordado, quais referenciais teóricos predominam e quais lacunas ainda persistem. Segundo Romanowski e Ens (2006), esse tipo de investigação possibilita uma análise ampla da literatura existente, contribuindo para a sistematização do conhecimento e para a formulação de novas perspectivas sobre o objeto de estudo. Dessa forma, essa metodologia não se limita à organização de informações, mas favorece um olhar crítico e reflexivo sobre a produção científica, fundamentando a discussão sobre a temática estudada.

A revisão do conteúdo foi realizada com o auxílio da plataforma Google Acadêmico. A plataforma em questão é conhecida por ser uma ferramenta de pesquisa gratuita desenvolvida pelo Google, projetada para facilitar a busca de literatura acadêmica e científica na web. Ela permite a identificação de artigos em periódicos específicos, livros, teses, dissertações e outras fontes acadêmicas. A busca é realizada por meio de palavras-chave, títulos e ou autores relacionados.

Para esse trabalho, os critérios de inclusão dos estudos foram definidos da seguinte forma: estudos mais recentes (de 2018 a 2023) publicados na plataforma Google Acadêmico, publicações em português e que estejam dentro do gênero de revisão bibliográfica. Visto que é um caminho de publicação acadêmica que resume, analisa e sintetiza a literatura existente sobre um tópico específico. O objetivo principal é fornecer uma visão geral abrangente do estado

atual do conhecimento sobre um tema, identificar lacunas nas produções científicas e sugerir direções para futuras investigações. Sendo assim, possibilitando uma maior compreensão dos desafios encontrados pelas alunas da EJA.

Dentre os critérios de exclusão, tivemos: estudos que estivessem fora do campo de atuação educacional, publicações não científicas (como artigos de opinião ou editorial) e que não abordassem de forma direta as categorias "EJA" e "gênero". Ao longo de 21 páginas de resultado, totalizando 165 publicações, foi realizada uma seleção.

Inicialmente, todas as publicações foram registradas em uma planilha. Em seguida, após uma triagem inicial baseada na leitura de títulos, resumos e palavras-chave, as publicações foram avaliadas na íntegra. Apenas os estudos que apresentavam dados empíricos relevantes e abordavam diretamente as questões de pesquisa foram consideradas para inclusão.

Os dados dos estudos selecionados foram catalogados por meio de um formulário padronizado. As informações coletadas incluem: autor, título, data de publicação, palavras-chave, tipo de publicação (artigo científico, monografia, dissertação e tese) e uma classificação. Esta última foi criada para auxiliar na análise dos dados. Foram definidas três categorias: "EJA com breve citação de gênero", "EJA com recorte de gênero" e "publicação sem ligação estrita com o recorte". Apenas as duas primeiras classificações foram consideradas significativas para o presente estudo. Os dados coletados foram examinados a partir de conceitos que trazem luz ao tema abordado.

4 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para avaliar os desafios vivenciados pelas alunas da modalidade educacional EJA, foram coletados dados (publicações disponíveis no Google Acadêmico entre os anos de 2018 e 2023) através de busca com os termos "EJA" e "gênero" dentro da perspectiva de revisão bibliográfica. Com isso, chegou-se ao seguinte resultado: 165 publicações. Entre essas, 148 entraram na classificação "publicação sem ligação estrita com o recorte", encontramos 12 artigos nos quais a "EJA aparecia, mas com breve citação de gênero" e apenas 5 trabalhos, do tipo "EJA com recorte de gênero". Sendo esses últimos apresentados e analisados na tabela 1 (fruto de refinamento de uma tabela com os dados brutos).

Tabela 1: Publicações com a presença das categorias "EJA" e "gênero" referentes ao período de 2018 a 2023 (recorte de tempo de 5 anos)

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR(A)	TIPO DE PUBLICAÇÃO	TEMÁTICA ABORDADA	CLASSIFICAÇÃO
Avaliação do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná: Questões de Gênero no Campo Acadêmico da Educação Prisional	2019	Bruna Mayara Bonatto e Mary Ângela Teixeira Brandalise	Artigo Científico	EJA no contexto do sistema prisional e suas implicações com o recorte de gênero de forma geral	EJA com recorte de gênero
A desigualdade social e a educação no Brasil: uma revisão de literatura	2021	Leandro Vendrami, Fatima Peres Zago de Oliveira e Karin Tyeko Anami	Artigo Científico	Desigualdades sociais na educação (com recorte da EJA e gênero inclusos brevemente)	EJA com recorte de gênero
As práticas de letramento no processo de	2023	Maria Vilani Cavalcante Tiburtino e	Artigo Científico	EJA no contexto do sistema prisional e suas implicações	EJA com recorte de gênero

ressocialização de mulheres privadas de liberdade: uma revisão sistemática		Rosângela Vieira de Souza		com o recorte de gênero (dessa vez mais focalizado nas mulheres cis)	
O acesso à educação por travestis e mulheres trans nas prisões: uma revisão de literatura	2023	Raíne da Silva de Brito	Monografia	EJA no contexto do sistema prisional e suas implicações com o recorte de gênero (dessa vez mais focalizado nas mulheres trans e travestis)	EJA com recorte de gênero
A escola para todes? O que dizem os estudos sobre educação de pessoas trans	2023	Alessia Rodrigues Moura e Marli Lúcia Tonatto Zibetti	Artigo Científico	Breve abordagem da EJA atrelado ao recorte de gênero (com foco nas trans)	EJA com recorte de gênero

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Ao observar a tabela com as informações das publicações, em conjunto com a análise destas na íntegra, é possível estabelecer conexões entre a fundamentação teórica e os próprios dados.

Como destaca Arroyo (2005), os que passam pelo processo educacional da EJA estão inseridos em uma lógica que condiz com o seu atual momento: a vida adulta. Devido a isso, o autor pontua a necessidade de toda a estrutura (Estado, enquanto provedor dessa modalidade educacional, e os seus agentes) adotar uma nova postura. "Não se trata de secundarizar esse direito, mas de não o isolar dos tortuosos percursos de suas específicas formas de se realizar como seres humanos. A EJA adquire novas dimensões se o olhar sobre os educandos se alarga." (p.23, 2025). Ponto pertinente, principalmente para os dados dos três primeiros anos do período escolhido. Os títulos "Avaliação do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná: Questões de Gênero no Campo Acadêmico da Educação Prisional" e "As práticas de

letramento no processo de ressocialização de mulheres privadas de liberdade: uma revisão sistemática" salientam a relevância da EJA para o sistema prisional.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro desses espaços de privação tem como objetivo promover a educação e a reintegração social dos indivíduos encarcerados. No Brasil, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que garante o direito à educação para as pessoas privadas de liberdade. A implementação do programa EJA é possível por meio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) dentro das unidades existentes em todo o país.

Não há como também não estabelecer uma intersecção com raça e gênero. Para Carreira (2014), mesmo a EJA sendo constituída por homens e mulheres negras, esta modalidade não se apropria da sua negritude. Essa "EJA negra" acaba se articulando e se somando a outras identidades sempre fluidas, negociadas e plurais. Algo que pode ser observado nas 5 publicações analisadas. Mesmo que não tenham desenvolvido um recorte de raça, esses estudos são frutos dos desafios que o racismo deixou na sociedade brasileira.

Ainda refletindo sobre os dados presentes na tabela 1, cabe explicitar a ampliação do campo com a adesão dos conhecimentos sobre os estudos de gênero. Ao segmentar os estudos de revisão às vivências que foram marginalizadas ao longo dos anos, as produções enriquecem o campo educacional.

A luta das mulheres cis se unem as das mulheres trans. Dentro da compreensão das identidades de gênero, diversos pontos se configuram como comuns entre os grupos. Tanto mulheres cis quanto mulheres trans enfrentam desigualdades de gênero e opressão patriarcal. Ambas as identidades experienciam formas de discriminação e violência de gênero, o que pode criar um terreno comum para solidariedade e ativismo conjunto.

No entanto, as mulheres trans passam por um processo de exclusão social intensificado. Como pontua Bursztyrn (2003), a exclusão social pode ser acompanhada da estigmatização. Quando isso ocorre, "há um processo social de não reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios" (p.60).

Tabela 2: Publicações com a presença das categorias "EJA" com presença parcial do recorte de "gênero" referentes ao período de 2018 a 2023

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	TEMÁTICA ABORDADA	CLASSIFICAÇÃO
----------------------	-------------------	--------------------	-------------------	---------------

Metodologias Ativas e a Evasão Escolar na EJA: Uma Revisão de Literatura	2020	Artigo Científico	Metodologias utilizadas na modalidade EJA e suas implicações na evasão escolar	EJA com breve citação de gênero
Estado da Arte das Produções Stricto Sensu em Educação de Jovens na Bahia entre 2007 - 2017	2020	Artigo Científico	Levantamento que analisa as produções acadêmicas sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Bahia	EJA com breve citação de gênero
Revisão de Literatura Sobre Educação de Jovens e Adultos Relacionados com a Permanência e a Evasão	2020	Artigo Científico	Revisão de literatura que analisa os principais fatores que influenciam a permanência e a evasão dos estudantes da EJA	EJA com breve citação de gênero
Análise histórica das políticas públicas para alfabetização de adultos no Brasil (1947- 2010)	2021	Monografia	Resgate histórico das principais políticas públicas voltadas à alfabetização de jovens e adultos no Brasil	EJA com breve citação de gênero
Implicações na Educação de Jovens e Adultos na história do Brasil: Uma revisão da literatura	2021	Artigo Científico	Resgate histórico do programa EJA	EJA com breve citação de gênero
As práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos: uma revisão de literatura	2022	Artigo Científico	Revisão da literatura sobre as práticas pedagógicas dentro da EJA	EJA com breve citação de gênero
Os saberes e lugares da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: um estudo de revisão	2023	Artigo Científico	Revisão da literatura sobre o ensino da disciplina de Educação Física na EJA	EJA com breve citação de gênero
Evasão escolar na educação de jovens e adultos – revisão da literatura	2023	Artigo Científico	Revisão da literatura explora as principais causas da evasão, bem como as	EJA com breve citação de gênero

			implicações para os estudantes e a sociedade	
Os saberes e lugares da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: um estudo de revisão	2023	Artigo Científico	Revisão da literatura sobre o ensino da disciplina de Educação Física na EJA	EJA com breve citação de gênero
Metodologias utilizadas no ensino de biologia por professores da educação de jovens e adultos: uma revisão integrativa	2023	Monografia	Revisão integrativa que analisa as metodologias utilizadas por professores de biologia na EJA (suas potencialidades e limitações)	EJA com breve citação de gênero
Sequência didática sobre Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos: por uma visão crítica sobre as transformações do ambiente	2023	Artigo Científico	Práticas pedagógicas aplicadas no estudo da Educação Ambiental na EJA	EJA com breve citação de gênero
Práticas educativas em espaços de privação de liberdade : uma revisão sistemática de teses e dissertações na área da educação	2023	Artigo Científico	Revisão sistemática que analisa teses e dissertações na área da educação. E que identifica práticas educativas, desafios e propostas para a melhoria da educação em instituições prisionais	EJA com breve citação de gênero

Fonte: *Dados da Pesquisa (2024)*

A metodologia aplicada possibilitou também localizar 12 publicações que abordaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA), até citaram a categoria “gênero”, contudo, não estabeleceram um recorte significativo.

No que tangencia a intersecção de temáticas, cabe destacar a “evasão escolar” como um tópico que se repete em 3 títulos: “Metodologias Ativas e a Evasão Escolar na EJA: Uma Revisão de Literatura”, “Revisão de Literatura Sobre Educação de Jovens e Adultos

Relacionados com a Permanência e a Evasão” e “Evasão escolar na educação de jovens e adultos – revisão da literatura”. Isso mostra uma tendência a associar o gênero a essa consequência (resultante de desafios não superados) mesmo que não tenha sido aprofundado dentro da produção textual, mas aponta a evasão das estudantes mulheres na EJA. Ainda assim, não é o suficiente. Dado que "O nome genérico: educação de jovens e adultos oculta essas identidades coletivas." (Arroyo, 2005, p.29).

A questão da educação de Jovens e Adultos dentro do sistema prisional retorna dessa vez, sem um recorte de gênero bem estabelecido, como visto anteriormente. Outro tema que deixou de estabelecer essa conexão (de gênero) com o seu delineamento de pesquisa foi a “história”. "Análise histórica das políticas públicas para alfabetização de adultos no Brasil (1947- 2010)" e "Implicações na Educação de Jovens e Adultos na história do Brasil: Uma revisão da literatura" deixam de abordar a categoria “gênero” de forma precisa.

Os demais títulos, em sua maioria, abordam as práticas pedagógicas aplicadas à Educação de Jovens e Adultos. Mostrando assim uma busca pelo aprimoramento do trabalho ofertado para esse grupo nada homogêneo. Afinal, esses estudantes, de forma geral, passaram por trajetórias truncadas e se encontram em determinadas fases da vida adulta que a sociedade julga (e estabelece) estar apta (com ênfase na atividade profissional) (Arroyo, 2005).

5 - CONCLUSÕES

Este artigo explorou a intersecção entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o gênero, com foco nos desafios enfrentados pelas mulheres. Ao revisar a literatura existente, ficou evidente que as mulheres, ao buscar educação nessa modalidade, enfrentam obstáculos significativos que vão além dos desafios educacionais tradicionais. Estes desafios incluem questões relacionadas às desigualdades de gênero, sexualidade, raça, classes sociais e a assunção de diferentes responsabilidades familiares e falta de apoio institucional, ausência de políticas públicas específicas.

A análise revelou novas tendências de pesquisa que ampliam os desafios existentes e introduzem novas questões a serem consideradas. Um exemplo disso é a identificação de gênero, que expande a semântica da categoria "mulher", além do recorte de gênero na educação de jovens e adultos no sistema prisional. É importante destacar que esse recorte carece de um aprofundamento maior na intersecção com a raça, uma vez que os dados do Censo do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias de 2022 indicam que a maioria das mulheres nesse sistema são negras. Nesse contexto, a aplicação de teorias como o feminismo interseccional e a teoria crítica da educação pode proporcionar novas perspectivas e soluções para enfrentar essas desigualdades.

Os dados também mostraram uma ausência do mérito das desigualdades de gênero serem um fato histórico dentro dessas publicações que realizam um resgate cronológico do desempenho da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, ressaltando também a necessidade do aprofundamento de estudos e pesquisas sobre as especificidades das mulheres trans no sistema educacional.

A continuidade da pesquisa nessa área é essencial para desenvolver uma compreensão mais profunda dos mecanismos que perpetuam as desigualdades e para formular intervenções mais eficazes. A modalidade de ensino na EJA deve promover um empoderamento desse grupo. Portanto, é preciso compreender os desafios dessa comunidade para emancipá-la de forma que estigmas associados ao retorno à educação na idade adulta sejam superados e possa ser garantido o direito à educação de qualidade para todos sem distinção de gênero, raça, classe, nem qualquer outro marcador social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Educação de jovens e adultos**: um campo de direitos e de responsabilidades públicas. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, GOMES, Lino Nilma (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. São Paulo: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Passageiros da noite**: educação de jovens e adultos. São Paulo: Autores Associados, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith R. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Súmula**: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/educacao-especial>. Acesso em: 7 set. 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2)

CATELLI JR., Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (orgs.). **A EJA em xeque: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. São Paulo: Global Editora, 2014.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: UFGD, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], ano 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2024.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-479, 1995.

JEDUCA. **Educação de jovens e adultos: evasão e queda de investimento são pontos de atenção na cobertura**. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/educacao-de-jovens-e-adultos-evasao-e-queda-de-investimento-sao-pontos-de-atencao-na-cobertura> . Acesso em: 26 set. 2024.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LEONCY, Christiane Evelyn Teixeira. **Mulheres na EJA: questões de identidade e gênero**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria de Andrade. **Pesquisa qualitativa: teoria, método e criatividade**. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

ROMANOWSKI, J.; ENS, R. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, set./dez. 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: OLIVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 45-67.

WARAT, Judith. **O feminismo e os direitos humanos**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

VALLE, M. C. A. **A leitura literária de mulheres na EJA**. Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2010.